

Em ligação com a cidadania

O GLOBO

ANALISANDO o desconforto que sente na condição de relator da CPI do Orçamento, concluía, dias atrás, o deputado Roberto Magalhães: "A CPI é traumática e se volta contra o Congresso."

NINGUÉM põe em dúvida a primeira parte da afirmação. Pela circunspeção, ela lembra uma advertência de Ulysses Guimarães. Logo que se admitiu, no curso das investigações do esquema PC, a hipótese de impeachment do presidente Fernando Collor, Ulysses correu a manifestar suas dúvidas. E a razão foi literalmente a mesma: o processo de impeachment é traumatizante.

E A CPI do Orçamento é traumática mesmo — porque é saneadora. Não se atenderia à gravidade e extensão do mal com o recurso à medicina convencional.

MAS é inadequado dizer que ela se volta contra o Congresso, por investigar deputados e suas condutas na Comissão do Orçamento. Nem pelo fato natural de se desdobrar o relacionamento na Câmara ou no Senado em rede de amizades.

A CPI não está se voltando contra o Congresso. Está, sim,

atraindo a atenção do público para o Congresso. O que é extremamente saudável, do ponto de vista democrático e institucional. Mantendo o público interessado em seus trabalhos, a CPI está atingindo o que deveria ser cotidiano na representação — refletir a opinião pública.

ELA está mostrando, também, quanto é errôneo — e, mais que isso, vicioso — ver na ação do Estado qualquer outorga de favores. Quer se trate, no caso do Estado assistencialista e populista, da farsa de dar como benefício ou favor o que é estrita prestação de serviços. Quer se trate, no caso do Estado patrimonial, de um pacto de poder assentado sobre a apropriação de recursos públicos, em que se acumpliciam a máquina gigantesca do Estado e grupos particulares privilegiados.

ESTREMECIMENTOS de velhas amizades por conta do inquérito levado até o fim, constrangimento ao aplicar contra colegas as penas que se impõem são o preço a se pagar pela ligação restabelecida entre o Estado e a sociedade civil.

A SE lamentar apenas o desgaste e a estafa de deputados e senadores, a trabalharem contra

o relógio, porque obrigados a apresentar conclusões dentro de tempo limitado. E sobretudo a paralisia virtual das demais atividades do Congresso, advinda de uma tarefa que não faz parte de suas atribuições fundamentais. Terá, ainda uma vez, que ser assim, já que é grande o mal detectado; e está no seu limite a tolerância da opinião pública.

PARA poupar o Congresso de prejuízo prolongado para o seu papel legislativo, bem como da decisão penosa da solução interna corporis, surge agora a idéia do Conselho Nacional da Cidadania, um controle externo dos três Poderes do Estado. Vale como perspectiva de cura para males que parecem crônicos no Brasil — mas é idéia a ser bem amadurecida.

PORQUE é preciso não pretender inventar um quarto Poder; ou reinventar o Poder Moderador; de memória nada saudosa. É preciso garantir a isenção desse conselho, o que traz como corolário um problema conhecido em situações parecidas: quem escolhe, quem nomeia? E é preciso sobretudo que dele advinha o aperfeiçoamento — e não a anestesia, ou atrofia — do controle da cidadania sobre o Estado.